

Nós, participantes do **18º Congresso Brasileiro de Medicina de Família e Comunidade**, realizado na cidade de Manaus, no estado do Amazonas, gostaríamos de agradecer ao empenho, dedicação e competência da comissão organizadora do evento, mas também gostaríamos de expressar nossa tristeza por percebermos a pouca presença de pessoas indígenas nos espaços principais do evento como convidados; a presença da expressão “leseira baré” no quadro de expressões amazonenses presente em um dos painéis fixados nas paredes do evento e a ausência da imagem de uma pessoa indígena na logomarca (associado a participação real de pessoas indígenas) de um congresso realizado sob o tema “Na Toada da Equidade: Integrando Ciência, **Ancestralidade** e Sustentabilidade no Cuidado à Saúde”, no estado com a maior quantidade de pessoas e etnias indígenas do Brasil e numa cidade que tem o seu próprio nome ligado de forma indissociável a existência desses povos. Manaus ou Manaós é um dos nomes da etnia indígena que vivia e ainda vive, em corpo, cultura e espírito, nesse chão que estamos pisando.

O termo leseira Baré propaga falas racistas, perpetua estigma contra uma etnia desse Estado e associa mais uma vez o pensamento colonial de que não somos “civilizados”. Para saber o povo baré é um povo histórico e rico desse estado. Entendemos que atitudes como essas são expressões de um **olhar colonial, racista, hegemônico e excludente** que perpetram o **epistemicídio, o etnocídio e genocídio dos povos originários** que há milênios vivem nos territórios brasileiros. Esse tipo de atitude **contribui diretamente para a perpetuação das iniquidades raciais, étnicas e sociais** e contraria frontalmente os princípios da Medicina de Família e Comunidade, assim como os fundamentos éticos e políticos do Sistema Único de Saúde (SUS).

Reafirmamos que **as aldeias, favelas, vilas, comunidades, periferias, comunidades ribeirinhas, quilombolas e tantas outras expressões do território brasileiro são espaços de vida, luta, solidariedade, organização coletiva e produção de saberes tão valiosos quanto os eurocêntricos ocidentais, ditos científicos**. Esses são também cenários fundamentais da prática da Medicina de Família e Comunidade, que deve ser guiada pelo **respeito à diversidade, pela equidade, pelo vínculo com os territórios e pelo compromisso inegociável com o respeito a dignidade e os direitos humanos**.

Diante disso, sugerimos que as comissões organizadoras dos Congressos, pela Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade assumam o compromisso com ações afirmativas e políticas de enfrentamento ao racismo em suas várias formas que persistem ainda nos espaços de formação, gestão e prática em saúde. E adequem os Congressos pensando no território onde este se realiza, valorizando aqueles grupos historicamente vulnerabilizados, silenciados e invisibilizados.

Seguimos acreditando que **outra medicina é não apenas possível, mas urgente** — uma medicina comprometida com os territórios, com os povos, com a justiça social e com o cuidado que reconhece a plena humanidade de todos os corpos e lugares.

Manaus, 08 de junho de 2025.

GT de Saúde Indígena.